



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS JOÃO DAVID FERREIRA LIMA
COMISSÃO DE CONTROLE SOCIAL DE ASSIDUIDADE

ATA Nº 36 DA COMISSÃO DE CONTROLE SOCIAL

Ata da reunião da Comissão de Controle Social realizada no dia 11 de novembro de 2022, às 14 horas, na sala de reuniões do Gabinete da Reitoria.

1 Aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, às 14h a Comissão de Controle
2 Social, instituída pela Portaria nº 21/2022/Prodegesp/UFSC de 23.09.2022, reuniu-se na sala de reuniões
3 do Gabinete da Reitoria com membros da Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da
4 Informação e Comunicação (Setic) e da Pró-Reitora de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas
5 (Prodegesp). Representando a Setic estavam presentes Davi da Silva Boger, Fernando Zimmermann e
6 Giovani Pieri. Representando a Prodegesp estavam presentes Emanuele Jacques dos Santos Ribeiro e
7 Patric da Silva Ribeiro. Também da Prodegesp estavam presentes a chefe do Departamento de
8 Administração de Pessoal (DAP) Dauana Berndt e membros da Coordenadoria de Pagamento de Pessoal
9 (CPP/DAP) e da Divisão de Acompanhamento da Jornada de Trabalho (DAJOR/DAP), quais sejam:
10 Abiqueila Aguiar Ody de Oliveira, Thalita Bez Batti de Souza e Thiago de Oliveira Nedel. Na reunião
11 foi discutida a questão das faltas ao trabalho e como se dá o desconto no salário dos trabalhadores, bem
12 como a adequação do fluxo do controle social a dinâmica da folha de pagamento. A Comissão de
13 Controle Social defendeu a necessidade de levar em consideração o direito administrativo que prevê
14 recursos e contraditório antes de efetuar qualquer desconto, dada a proporcionalidade da perda para o
15 trabalhador individual ao erário. A Prodegesp defende que primeiro se faça o desconto e depois o
16 trabalhador recorra do mesmo, uma vez que o processo de restituição de dinheiro devido pela
17 universidade é menos trabalhoso àquela Pró-Reitoria que o de devolução ao erário. Foi levantada a
18 necessidade, por parte de membros da Prodegesp de a chefia imediata assinar a frequência do
19 trabalhador. A comissão argumenta que os deveres da chefia não são alterados com o Sistema
20 Eletrônico de Controle Social, uma vez que as comissões setoriais aproximam a chefia dos executores
21 da assiduidade, hoje realizada pela Prodegesp, e que qualquer comunicação documentada não precisa
22 tramitar na primeira versão do sistema, podendo ser arquivada nos próprios setores. A reunião acabou às
23 16h e a próxima foi marcada para o dia 24.11. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada da
24 qual eu, Luciano Antonio Agnes, lavrei a presente ata que será por mim assinada e pelo presidente da
25 Comissão, Antônio Gabriel Santana Martins.